

CONCURSO PÚBLICO

**17. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS, TENDO EM VISTA A OPÇÃO REALIZADA NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

**CONHECIMENTO TÉCNICO SOBRE O SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E SUA REGULAÇÃO**

**01.** Considerando o contrato n.º CSPE/03/2000, relativo à exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, do Estado de São Paulo, que celebra a concessão da distribuição à empresa Gás Natural São Paulo Sul S.A., assinale a alternativa que apresenta informações corretas sobre a exploração dos serviços públicos.

- (A) Quaisquer circunstâncias que atinjam os usuários, afetando a qualidade, a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços, devem ser avisadas à Agência Reguladora em um prazo de até três dias.
- (B) A Agência Reguladora não permite que a concessionária estabeleça pessoas jurídicas distintas, para assegurar uma maior transparência do negócio.
- (C) O gás natural, no sistema de distribuição, não necessita de odorização, pois seu cheiro é forte e característico.
- (D) Ao contrário das demais tarifas, que são aprovadas pela agência reguladora, as tarifas de grandes consumidores são fixadas livremente pela concessionária.
- (E) A exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado deverá ser realizada como função de utilidade pública prioritária.

**02.** Sobre o Decreto n.º 43.889, de 1998, que regulamenta a concessão e a permissão da prestação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, analise as afirmações e assinale a alternativa verdadeira.

- I. Incumbe à concessionária a obrigação de implementar medidas que tenham por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor de gás canalizado.
- II. Não faz menção ao livre acesso, cuja regulamentação só foi abordada pela Lei Complementar n.º 1.025, de 1997.
- III. Estabelece prazo máximo para concessão de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, a partir da data de assinatura do contrato.
- IV. Disciplina a exploração dos serviços de gás canalizado, de maneira a atender às necessidades dos setores industrial, domiciliar, comercial, automotivo e outros.

Está correto o contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**03.** Sobre o Modelo Institucional desenvolvido para a indústria de gás natural no Brasil, identifique a alternativa incorreta.

- (A) A distribuição de gás canalizado é regulamentada em nível estadual, enquanto a produção e o transporte são da alçada federal.
- (B) Princípios regulatórios na escala estadual e federal devem convergir para facilitar o desenvolvimento da infraestrutura.
- (C) A ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) é a única instituição responsável pela regulamentação da interface com o setor elétrico.
- (D) Apesar da elevada dependência externa, não cabe à ARSESP regulamentar as importações de gás natural do Estado de São Paulo.
- (E) As instalações de gás canalizado internas aos consumidores, não são regulamentadas nem pela ARSESP, nem pela ANP.

**04.** Segundo dados da Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o consumo do gás natural atingiu, em fevereiro de 2009, o menor volume de vendas desde 2004. Analise as alternativas dadas e escolha a que traz informações corretas sobre esse fato.

- (A) Os dados demonstram o efeito da recessão econômica nos dois principais segmentos de consumo.
- (B) A diminuição se dá exclusivamente pelo fato de o mês de fevereiro possuir menos dias úteis em relação aos outros meses do ano.
- (C) O único setor que apresentou crescimento no consumo foi o de geração elétrica, impulsionado pelo acionamento das termoeletricas.
- (D) A maior diminuição no consumo ocorreu no setor residencial, devido, unicamente, ao período de férias e aos feriados do mês.
- (E) Todos os segmentos têm apresentado quedas sistemáticas nos volumes consumidos desde 2004, o que traz grandes preocupações para as perspectivas futuras.

**05.** Uma das funções da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) é dispor sobre o processo de revisão tarifária das concessionárias de gás canalizado do Estado de São Paulo. Assinale a alternativa que traz informações verdadeiras sobre esse processo.

- (A) Os contratos de concessão prevêem que as revisões tarifárias sejam realizadas ao término de um período de dez anos, para manter a modicidade tarifária aos consumidores.
- (B) A metodologia para revisão tarifária é estabelecida pela própria companhia de distribuição, desde que esteja de acordo com os critérios estabelecidos pela ARSESP.
- (C) A taxa de custo médio ponderado do capital (conhecida pelas iniciais em inglês – *WACC*) é aplicada após o cálculo tarifário para ponderar o incremento da eficiência operacional.
- (D) As etapas de discussão e aprovação de novas tarifas, assim como o processo de revisão, são realizadas em Audiências Públicas, cujas informações não são de acesso exclusivo das companhias distribuidoras.
- (E) As revisões periódicas das tarifas visam manter a capacidade de investimento das concessões, como principal prioridade à Agência Reguladora.

06. Sobre as Portarias do Plano de Contas regulatório, analise as afirmações:

- I. A Portaria CSPE n.º 403 dispõe sobre as alterações e inclusão de subcontas contábeis no Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, publicado pela Portaria CSPE n.º 323.
- II. A Portaria CSPE n.º 273 dispõe sobre as redes e conexões apresentadas em forma de esboço no Plano Quinquenal de Investimentos e Obras, bem como a localização dos usuários de grande porte e grupo de usuários menores.
- III. A Portaria CSPE n.º 144 dispõe sobre a elaboração e remessa do Plano Quinquenal de Investimentos e Obras.

Pode-se afirmar que

- (A) nenhuma está correta.
- (B) apenas I e II estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) apenas I e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

07. No *site* da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) é possível consultar os aspectos formadores de preços e tarifas do gás natural. Sobre esses aspectos, assinale a alternativa correta.

- (A) O preço do gás natural vendido às distribuidoras é composto por três parcelas, uma para remuneração do produtor, uma para o serviço de transporte e outra para o fundo de investimentos em infraestrutura.
- (B) Nas tarifas de transporte, a alocação de custos entre usuários e serviços deve ser realizada de maneira transparente, estando explícita a parcela da receita total requerida a ser coberta por cada tipo de serviço.
- (C) Existem três tipos de serviços de transporte por gasodutos passíveis de cobrança: transporte flexível, transporte interruptível e transporte líquido.
- (D) As tarifas aplicáveis a cada serviço e/ou carregador são livres de encargos, devido à natureza pública das operações.
- (E) A regulamentação do Programa Prioritário de Termelétricidade, do ano de 2001, estabelece um preço máximo para o suprimento do gás natural, que pode variar de acordo com sua origem (nacional ou importada).

08. Assinale a alternativa que apresenta informações corretas sobre as especificações do gás natural.

- (A) O Poder Calorífico Superior (PCS) deve estar entre 34 000 e 38 400 kJ/m<sup>3</sup> na região Norte, e entre 35 000 e 43 000 kJ/m<sup>3</sup> nas demais regiões.
- (B) A quantidade total de enxofre não pode ultrapassar o valor máximo de 700 g/cm<sup>3</sup>.
- (C) O índice de Wobbe é fixado nacionalmente, sendo comum a todas as regiões e não podendo apresentar valores inferiores a 40 500 kJ/m<sup>3</sup> e superiores a 53 500 kJ/m<sup>3</sup>.
- (D) O valor para o Oxigênio Máximo não é uma especificação regulamentada.
- (E) Pode apresentar traços visíveis de partículas líquidas, mas não deve apresentar traços visíveis de partículas sólidas.

09. As condições gerais para o fornecimento dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado devem atender a Portaria n.º 160/2001 da CSPE (Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia).

Sobre essa portaria, leia as afirmações:

- I. A Concessionária deve ampliar a capacidade e expandir o seu sistema de distribuição de Gás dentro da sua área de Concessão até o Ponto de Entrega, por solicitação, devidamente fundamentada, de qualquer interessado, sempre que o serviço seja técnica e economicamente viável.
- II. Os Usuários são responsáveis pelas obras de pavimentação, repavimentação ou paisagismo, em área da Unidade Usuária, que se fizerem necessárias em decorrência da instalação ou manutenção do Ramal Interno ou Ramal de Serviço.
- III. As margens de erro de medição admitidas são as estabelecidas pela legislação metrológica. Caso o erro ocasione registro de consumo menor, devido a motivos de responsabilidade da concessionária, o Usuário poderá ser cobrado apenas no prazo máximo de cinco dias úteis.

Está correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

10. Ainda sobre a Portaria n.º 160/2001 da CSPE (Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia), assinale a alternativa em que se associa corretamente o Segmento de Usuário à sua respectiva definição.

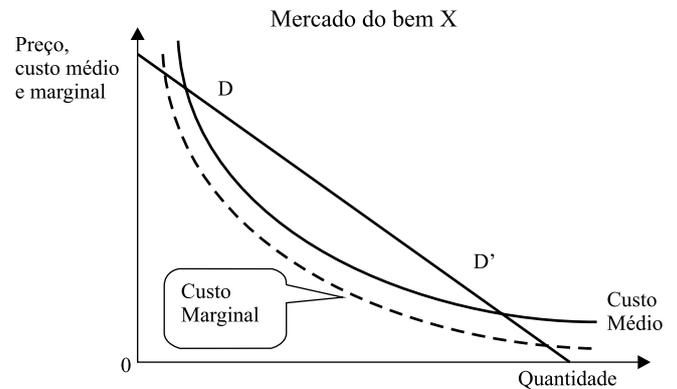
- (A) Industrial: aqueles Usuários que utilizam o Gás para atividade de elaboração de produtos, transformação de matérias-primas, recuperação de máquinas e equipamentos e fabricação diversa, incluídos os órgãos públicos.
- (B) Pequenos Usuários: fornecimento para Unidade Usuária com fim residencial.
- (C) Gás Natural Veicular: fornecimento para Unidade Usuária em que seja exercida atividade comercial ou de prestação de serviços de transporte.
- (D) Pequena Cogeração – PCG: Unidade Usuária com consumo médio mensal contratual de até 500 000 m<sup>3</sup> e que utiliza o Gás para o processo de produção combinada de vapor e energia mecânica ou elétrica.
- (E) Grandes Usuários: aquele Segmento de Usuários que utiliza o Gás para o processo de produção combinada de vapor e energia mecânica ou elétrica.

11. A norma brasileira que rege as redes de distribuição interna para gases combustíveis é a ABNT NBR n.º 15526/2007. Sobre essa norma, pode-se afirmar que
- (A) se aplica também a instalações em termelétricas, onde o gás é utilizado para geração de eletricidade.
  - (B) deve ser utilizada em instalações cuja pressão de operação exceda a 150 kPa (1,53 kgf/cm<sup>2</sup>).
  - (C) se aplica somente ao gás natural.
  - (D) força a readequação de instalações existentes aos padrões especificados.
  - (E) estabelece os requisitos mínimos exigíveis para redes internas abastecidas tanto por canalização de rua, como por uma central de gás.
12. Sobre a Norma Brasileira ABNT NBR n.º 15526/2007, assinale a alternativa que traz informações verdadeiras a respeito da instalação e montagem das tubulações.
- (A) Quando forem aparentes, devem ter afastamento mínimo de 100 mm das tubulações de água quente e fria, para redes em paralelo.
  - (B) Quando forem embutidas, não podem atravessar elementos estruturais (lajes, vigas, paredes etc.).
  - (C) Quando enterradas, devem ter profundidade de 0,30 metros, a partir da geratriz superior do tubo, em locais não sujeitos a tráfego de veículos, e 0,50 metros em locais com passagem de veículos.
  - (D) Quando alojadas em tubo-luva, este não deve possuir aberturas para atmosfera, para evitar entrada de água, animais e outros objetos estranhos.
  - (E) Quando instaladas em suportes, podem ser apoiadas ou fixadas em outras tubulações, de condução de água ou vapor, existentes.
13. O projeto e a execução de redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações industriais devem obedecer à norma brasileira ABNT NBR n.º 15358/2006. Sobre o dimensionamento das redes, assinale a alternativa correta.
- (A) A pressão de entrega, a densidade e o poder calorífico do combustível devem ser calculados por técnicos especialistas da própria indústria.
  - (B) Deve ser levantado o perfil de consumo de gás, com relação aos aparelhos a serem utilizados, de forma a se determinar o consumo máximo instantâneo.
  - (C) A pressão mínima deve ser de 400 kPa.
  - (D) A tubulação será uniforme, independentemente das vazões dos aparelhos a gás servidos em cada trecho.
  - (E) Para efeito do estabelecimento do consumo máximo instantâneo, deve ser considerado o poder calorífico superior do gás e a eficiência dos aparelhos.
14. A Norma ABNT NBR n.º 14463/2000 estabelece as condições exigíveis para as conexões termossoldáveis de polietileno PE 80 e PE 100. Assinale a alternativa que apresenta uma definição correta especificada na norma.
- (A) As conexões soldadas por eletrofusão são aquelas realizadas por meio do aquecimento do material que será fundido, com auxílio de elemento térmico externo à conexão e ao tubo.
  - (B) A relação diâmetro espessura (SDR) é a razão entre a espessura máxima da parede do tubo e o diâmetro interno nominal do tubo equivalente.
  - (C) A conexão tipo “ponta” é aquela realizada por meio do encaixe direto entre tubos de diferentes diâmetros.
  - (D) O soquete, localizado entre a parede interna da conexão e a parede externa do tubo, é a resistência elétrica que tem a finalidade de gerar calor, a fim de possibilitar a soldagem das peças.
  - (E) As conexões soldadas por termofusão são aquelas realizadas por meio da transformação da energia elétrica em calor.
15. A execução de solda de topo, quando realizada em tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100, é normatizada pela norma ABNT NBR n.º 14464/2000, que enumera uma série de requisitos específicos. Assinale a alternativa que apresenta esses requisitos de maneira correta.
- (A) As superfícies externas e internas das extremidades dos tubos devem ser limpas com substâncias abrasivas, para amolecer o polietileno e acelerar o tempo de aquecimento.
  - (B) Antes de cada solda, a placa de aquecimento deve ser limpa, de modo a não apresentar vestígios de lama, óleo, poeira ou resíduos de soldas anteriores.
  - (C) Deve-se elevar a temperatura da placa de aquecimento até o valor especificado pelo fabricante de tubos, de forma que o centro da placa concentre o calor e mantenha o dobro da temperatura em relação às extremidades, durante toda a solda.
  - (D) Após o resfriamento, as peças soldadas podem ser manuseadas livremente, independentemente da temperatura na superfície da solda.
  - (E) Após a retirada da placa de aquecimento, é comum encontrar material fundido grudado nessa placa, o que não deve ser considerado um problema.

**CONHECIMENTO TÉCNICO SOBRE ECONOMIA E REGULAÇÃO**

16. O monopólio natural de um bem ou serviço a ser regulado pelo governo caracteriza-se por apresentar
- (A) retornos crescentes de escala.
  - (B) retornos decrescentes de escala.
  - (C) custo marginal constante.
  - (D) custo médio crescente.
  - (E) custo médio igual ao custo marginal.
17. Sobre o monopólio com discriminação perfeita de preços, pode-se dizer que
- (A) se trata de uma estrutura de mercado ineficiente produtivamente, pois negocia uma quantidade menor do que a desejada socialmente.
  - (B) reflete uma estrutura de mercado ineficiente de Pareto e justa socialmente.
  - (C) reflete uma estrutura de mercado ineficiente de Pareto e injusta socialmente.
  - (D) corresponde a uma estrutura de mercado em que a quantidade negociada é a mesma negociada na concorrência perfeita.
  - (E) se trata de uma estrutura de mercado que gera um peso morto semelhante ao do mercado organizado em monopólio simples.
18. Sobre um mercado organizado em duopólio, com liderança de preços e produtos diferenciados, mas altamente substitutos, sabe-se que a empresa 1 (líder) possui demanda  $Q_1 = 15 - 2P_1 + P_2$ , enquanto a empresa 2 (seguidora) enfrenta uma demanda igual a  $Q_2 = 15 - 2P_2 + P_1$ . São  $Q_1$ ,  $Q_2$ ,  $P_1$  e  $P_2$ , respectivamente, a quantidade demanda da firma 1, a quantidade demanda da firma 2, o preço cobrado pela firma 1 e o preço cobrado pela firma 2. Sabe-se também que o custo fixo de produção de ambas empresas é igual a 17 unidades monetárias e seus custos variáveis são nulos. Sobre esse mercado, pode-se dizer que
- (A) a empresa líder maximiza seu lucro cobrando o dobro do preço cobrado por sua seguidora, quando não ocorrer conluio.
  - (B) ambas as empresas cobrarão 5 unidades monetárias pela unidade de seus bens, apesar da diferenciação do produto, caso o governo for bem sucedido em evitar o conluio.
  - (C) não há diferença entre os preços cobrados com e sem conluio, caso essas empresas concorram via preços.
  - (D) sempre existe vantagem de obtenção de lucros para a empresa líder, uma vez que ela é a primeira a decidir seu preço.
  - (E) os preços cobrados pelas empresas 1 e 2, com ou sem conluio, nunca são iguais nesse caso, pois a empresa seguidora sempre fica em desvantagem.

19. Considere a estrutura de mercado do bem X, entendido pelo governo como um bem essencial para a sociedade, ilustrada na figura. Note que a curva decrescente em linha cheia descreve o custo médio de produção do bem X, enquanto a curva em linha tracejada descreve o custo marginal de produção. A reta  $DD'$  descreve a demanda linear de mercado pelo bem X.



Com base no gráfico, assinale a alternativa correta sobre tal estrutura.

- (A) Esse mercado não precisa ser regulado pelo governo, pois o seu custo de produção tende a cair e o bem X fica barato para a sociedade, de modo que toda a população tem acesso a esse bem.
- (B) O governo deve regular o preço do bem X de acordo com a regra de maximização de lucros da concorrência perfeita, ou seja, igualar preço ao custo marginal de produção.
- (C) Nesse caso, o lucro econômico zero ocorre quando se iguala o preço ao custo médio.
- (D) O preço que iguala o custo médio fornece uma situação em que o produtor privado regulado pelo governo sempre tem incentivos para continuar inovando tecnologicamente, a fim de reduzir custos de produção.
- (E) Para a sociedade, que necessita do produto X, o maior bem-estar é obtido quando se cobra um preço entre o custo marginal e o custo médio de produção.

20. A prefeitura de um determinado município empenhou 5 bilhões de reais na construção de um monotrilho elevado que cruzaria a cidade de leste a oeste com vistas a atender a demanda da população mais carente por transporte público. O dinheiro gasto, entretanto, não foi suficiente para terminar a obra. O novo prefeito recentemente eleito deve decidir se termina a obra ou não e avalia que os custos para a sua finalização sejam de 3 bilhões de reais adicionais – valor suficiente para cobrir todos os custos de acabamento da obra, de compra dos ônibus e vagões do monotrilho e do serviço de contratação e treinamento dos funcionários. A estrutura de concreto armado já foi construída, os terrenos onde os pilares do monotrilho se apoiam já foram desapropriados ou tomaram faixas de vias expressas e ruas. Além disso, a atual configuração do monotrilho representa um custo de 2 bilhões (medidos a valor presente) em transtornos e aumento de dificuldade de locomoção da população na cidade, decorrente da paralisação da obra, que poderiam ser eliminados com o início de seu funcionamento. Considerando-se que os custos empenhados inicialmente no monotrilho são afundados (*sunk costs*) e com base na análise de custo benefício, pode-se dizer que

- (A) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for maior ou igual a 3 bilhões de reais.
- (B) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for maior ou igual a 5 bilhões de reais.
- (C) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for de 10 bilhões de reais.
- (D) a finalização do monotrilho só será viável se o valor do benefício futuro com o monotrilho, trazido a valor presente, for de 1 bilhão de reais.
- (E) independente do valor presente do benefício do término da construção do monotrilho, não se pode aplicar a análise do custo benefício, porque o custo afundado não pode ser computado.

21. Dois prefeitos de municípios vizinhos, A e B, recebem da comunidade de moradores da região de suas fronteiras comuns uma proposta de reurbanização da divisa, devido ao grande aumento da criminalidade na região e à falta de infraestrutura de saneamento básico. A matriz de recursos a ser financiada está descrita a seguir:

		Prefeito de B	
		Financia	Não Financia
Prefeito de A	Financia	(2 , 2)	(5 , 0)
	Não Financia	(0 , 5)	(0 , 0)

Se um prefeito financia a obra e o outro não, o que financia arca com um custo de 5 milhões de reais. Se os dois financiam, ocorrem ganhos de escala no trabalho conjunto e cada um deles arca com 2 milhões de reais. Eles devem decidir de maneira independente se financiam ou não a obra.

Note que o primeiro número entre parênteses representa o valor a ser financiado pelo prefeito do município A, enquanto o segundo número sempre representa o valor a ser financiado pelo prefeito de B. Levando-se em conta que os recursos das prefeituras são escassos e, conseqüentemente, os prefeitos minimizam gastos, pode-se dizer que

- (A) a obra de urbanização será financiada conjuntamente pelos dois prefeitos.
- (B) esse jogo, considerando as decisões dos prefeitos como estratégias, não possui estratégia dominante.
- (C) é mais vantajoso para o prefeito do município B financiar a obra.
- (D) para o prefeito do município A é indiferente financiar ou não a obra.
- (E) esse jogo tem a estrutura de um jogo do Dilema dos prisioneiros, e seu equilíbrio de estratégia dominante é que nenhum deles financie a obra.

22. O gás carbônico emitido pelos automóveis tem sido apontado como uma das principais causas do efeito estufa. Pode-se dizer, então, que o consumo de automóveis por agentes privados gera uma falha de mercado conhecida como

- (A) externalidade.
- (B) informação assimétrica.
- (C) bens não rivais e não excludentes.
- (D) monopólio natural.
- (E) risco moral.

23. Considere um indivíduo que deve decidir se investe num ativo X de risco, que pode render 0; 1 milhão e 10 milhões, com probabilidades respectivamente iguais a  $p(0) = 0,4$ ;  $p(1) = 0,5$  e  $p(10) = 0,1$ ; ou num ativo Y livre de risco, que rende 1,5 milhão. Sabe-se que a utilidade desse indivíduo para os valores de renda 0; 1 milhão; 1,5 milhão e 10 milhões correspondem respectivamente a  $u(0) = 0$ ;  $u(1) = 10$ ;  $u(1,5) = 14$  e  $u(10) = 50$ . Pode-se dizer, então, que
- (A) o indivíduo é indiferente entre o ativo X e o ativo Y.
  - (B) para esse indivíduo, que é avesso ao risco, é melhor comprar o ativo Y.
  - (C) esse indivíduo é amante do risco e sempre prefere ativos com maior retorno médio.
  - (D) a utilidade que esse indivíduo obtém com o ativo X é maior que a que obtém com o ativo Y.
  - (E) esse indivíduo é neutro ao risco.
24. Recentemente, o episódio de interrupção da venda de gás natural veicular (GNV) ao Brasil tendeu a reduzir a conversão de automóveis para o GNV. Com relação a esse bem, pode-se dizer que é um bem
- (A) não rival e não excludente.
  - (B) rival e excludente somente quando importado da Bolívia.
  - (C) rival e excludente.
  - (D) rival e não excludente, pois sua distribuição é feita por uma empresa estatal.
  - (E) não rival e excludente.
25. Considere o modelo CAPM (Modelo de Precificação de Ativos de Capital) e que uma grande empresa de capital aberto apresenta um  $\beta$ , ou seja, um risco sistemático, igual a 1,5. A taxa de retorno do ativo livre de risco (títulos do governo) é de 15% aa e a taxa média de retorno do mercado é de 25% aa. O retorno mínimo esperado pelos acionistas dessa empresa é de
- (A) 10% aa.
  - (B) 15% aa.
  - (C) 25% aa.
  - (D) 28% aa.
  - (E) 30% aa.
26. Considerando-se a Equação Fundamental do Patrimônio, se o Patrimônio Líquido de uma empresa corresponde ao dobro de sua Situação Líquida, então
- (A) o Ativo menos o Passivo Exigível é igual a 2.
  - (B) o Ativo menos o Passivo Exigível é igual a -2.
  - (C) o Ativo mais o Passivo Exigível é igual a 2.
  - (D) o Ativo mais o Passivo Exigível é igual a -2.
  - (E) o Ativo menos o Passivo Exigível é igual a 1.
27. Numa economia cuja unidade monetária é chamada de dourado, o preço de um medicamento em 2000 era de D\$ 105. Em 2003, seu preço passou a ser D\$ 115,5 e, em 2007, atingiu D\$ 126. O nível de preços, considerando 2000 como base, apresentou valor igual 1,10, em 2003, e valor igual a 1,20, em 2007. O governo dessa economia, que controla preços de medicamento, quer saber se houve abusos por parte da indústria farmacêutica, que supostamente estaria reajustando seus preços acima da inflação e obtendo, assim, aumentos reais nos preços desse medicamento. Pode-se dizer que
- (A) houve aumento do preço real do medicamento apenas entre 2000 e 2003.
  - (B) houve aumento do preço real do medicamento apenas entre 2000 e 2007.
  - (C) houve redução do preço real do medicamento entre 2003 e 2007.
  - (D) não houve aumento no preço real do medicamento nem entre 2000 e 2003 nem entre 2000 e 2007.
  - (E) houve aumento no preço real do medicamento entre 2000 e 2003 e também entre 2000 e 2007.
28. Um indivíduo possui um automóvel, dirige de maneira cuidadosa e sempre estaciona em estacionamentos quando sai de casa com o veículo. Após adquirir um seguro contra perdas, danos e roubos de automóveis, passa a dirigir de maneira mais arriscada e deixa de colocar seu automóvel em estacionamentos. Essa mudança de comportamento corresponde a um problema
- (A) de externalidade.
  - (B) de risco moral.
  - (C) de seleção adversa.
  - (D) típico de bem público.
  - (E) de custo de transação.

29. O índice de preços de Laspeyres consiste numa média aritmética do relativo de preços, enquanto o índice de preços de Paasche corresponde a uma média harmônica do relativo de preços. Pode-se dizer então que
- (A) o índice de Laspeyres subestima as variações dos preços e o índice de Paasche as superestima.
  - (B) nem o índice de Laspeyres nem o de Paasche subestimam as variações dos preços.
  - (C) o índice de Laspeyres superestima as variações dos preços e o índice de Paasche as subestima.
  - (D) ambos índices superestimam as variações dos preços.
  - (E) ambos índices subestimam as variações dos preços.
30. O *Price cap* (preço teto) é uma forma de o governo regular preços por meio de agências reguladoras, de modo que estabeleça um preço máximo a ser cobrado pela empresa concessionária do bem ou serviço. Esta, por sua vez, pode escolher um preço igual ou menor ao *Price Cap* para operar. A fórmula de reajustes do *Price Cap*, que ocorre a cada período, em geral anual, é descrita pela Taxa Máxima de Ajuste de Preço, descrita pela equação  $TMAP = I - X + Y$ , sendo I, X e Y, respectivamente,
- (A) variação do índice geral de preços; variação em ganhos de capital da empresa; variações no agregado monetário.
  - (B) variação do índice de preço de preços amplo; variação em ganhos de capital; variações nos custos do setor à qual a empresa pertence.
  - (C) variação do deflator implícito da renda; variação em ganhos de capital; variações em custos de capital.
  - (D) variação do deflator implícito da renda; variação esperada de produtividade; outras variações exógenas específicas de custos.
  - (E) variação do índice de preço do varejo; variação esperada de produtividade; outras variações exógenas específicas de custos.